



PREZADO LEITOR,

O Tribunal de Contas da União assumirá em novembro de 2022 a presidência da Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai), que reúne instituições de 196 países, e atua para aperfeiçoar e padronizar normas de auditoria pública, bem como para induzir ações que promovam a melhoria da governança e dos serviços públicos dos países membros.

Instituições de auditoria autônomas e independentes têm um papel fundamental para garantia da democracia e da observância às leis e regramentos nacionais e internacionais por parte de governantes e gestores.

Neste contexto, a Edição 149 da Revista do TCU entrevista Margit Kraker, Secretária-Geral da Intosai e Presidente do Tribunal de Contas da Áustria. Margit nos fala de sua expectativa para o XXIV Congresso Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (Incosai), que acontecerá em novembro no Rio de Janeiro, além de destacar, na condição de primeira mulher a assumir este cargo, seu projeto de promover a igualdade e a inclusão de gênero em toda a Intosai.

Na coluna Opinião, José Roberto Afonso, Professor do Instituto de Direito Público e Investigador da Universidade de Lisboa, e Leonardo Ribeiro, Analista do Senado Federal e ex-pesquisador da Victoria University em Melbourne, debatem a necessidade de promover a reconstrução da governança fiscal no Brasil a partir de um Novo Código de Finanças Públicas, considerando as complexidades do processo orçamentário atual.

A coluna Destaque faz referência ao modelo teórico desenvolvido pelo TCU para a implantação de um sistema de prevenção e combate ao assédio moral e sexual na Administração Pública, por meio do qual o Tribunal busca contribuir para que as instituições públicas tenham ambientes de trabalho mais seguros e saudáveis.

A jurisprudência comentada apresenta decisões da relatoria do Ministro Aroldo Cedraz que tratam da incidência do teto remuneratório sobre remunerações com acumulação lícita e da privatização da Eletrobrás. Também são destacadas duas decisões de relatoria do Ministro Augusto Nardes, uma acerca do contrato de concessão da BR-163, em Mato Grosso, e a outra acerca da estrutura de governança existente para promoção de incentivos públicos federais à ciência, tecnologia e inovação (CT&I) a cargo da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

Por fim, artigos selecionados enriquecem esta edição, abordando temas como: aspectos regulatórios e econômicos dos contratos de arrendamentos portuários; a mensuração multidimensional da pobreza e da desigualdade no Brasil; o processo de criminalização primária e secundária e papel das agências de fiscalização e controle na detecção dos crimes de colarinho branco; controle societário estatal e caracterização das sociedades de economia mista; prestação de contas de prefeitos como instrumento de *accountability* e critérios de avaliação da gestão da ética em organizações públicas.

E dando continuidade à implementação das melhores práticas editoriais, comemoramos nesta edição a ampliação de banco de pareceristas *ad hoc* e a indexação no Latindex, que registra e difunde revistas acadêmicas editadas nos países Ibero-americanos.

Assim, convido todos a desfrutarem da leitura desta Edição, deixando o convite para que participem da Revista do TCU, comentando ou contribuindo com artigos e pareceres.

Boa leitura!



Bruno Dantas

Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União e
Supervisor do Conselho Editorial da Revista do TCU